

## A CONSTITUIÇÃO DO FATO GRAMATICAL EM TRÊS FASES DA GRAMÁTICA BRASILEIRA

Luiz Francisco Dias

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**RESUMO:** *Este artigo investiga a construção do conhecimento sobre a língua nas gramáticas brasileiras em três fases: o século XIX, o meio e o fim do século XX. Para isso, retoma uma análise anterior do capítulo de pronomes em algumas gramáticas representativas e realiza um estudo do modo imperativo nas mesmas obras, além de fazer uma reflexão sobre dois aspectos da constituição do texto gramatical nessas fases: a exemplificação e a configuração gráfica da textualização. Este conjunto de elementos permite mostrar diferentes modos de enunciação da relação entre o gramático, o saber e a língua, ligados à especificidade histórica de cada fase.*

**ABSTRACT:** *This paper investigates the construction of the knowledge about language in Brazilian grammars in three moments: the 19<sup>th</sup> century, the middle and the end of the 20<sup>th</sup> century. For this purpose, it reviews a previous analysis of the chapter concerning pronouns in some representative grammars, studies the imperative mood in the same books, and proposes a reflection on two aspects of the structure of the grammatical text in these three moments: the exemplification and the graphical configuration of the text. These elements together allow to show different modes of enunciation of the relation between the grammarian, his knowledge and the language, according to the historical specificity of each moment.*

### Introdução

Os estudos sobre a história do pensamento gramatical no Brasil têm adquirido uma considerável densidade nos últimos anos, com os trabalhos desenvolvidos no Grupo *História das Idéias Lingüísticas no Brasil*. A nossa participação no Grupo tem-se orientado nos últimos

anos pela análise da constituição de fatos gramaticais em três fases da história gramatical brasileira: o século XIX, o meio e o final do século XX. No presente texto, vamos apresentar uma breve retomada da análise do pronome que empreendemos em estudo desenvolvido anteriormente (Dias; Bezerra, 2006), aliada a uma análise da constituição do conceito de modo imperativo. A seguir, faremos uma reflexão sobre dois aspectos da elaboração do texto gramatical nas três fases: a exemplificação e a configuração gráfica da textualização. A escolha das duas categorias gramaticais para foco de observação (pronome e modo imperativo) está relacionada a dois aspectos fundamentais na constituição do fato lingüístico: a variabilidade das posições na cadeia sintática e o papel da intersubjetividade na constituição dos conceitos gramaticais. O pronome e o modo imperativo são duas categorias gramaticais que se assentam nesses dois aspectos.

## 1. O pronome

Nos estudos anteriores sobre o pronome, empreendemos uma análise de cenas da história da gramática no Brasil. O trabalho incidiu sobre o capítulo dos pronomes em gramáticas dos três períodos apresentados acima. Os seguintes fragmentos, relativos à próclise do pronome oblíquo em início de oração, são representativos da perspectiva que perpassa a constituição do saber sobre o pronome nos três períodos.

(1)

Nunca se começa phrase ou periodo com o pronome oblíquo. “Me dê”, “me faça”, etc., são brasileirismos que devem ser evitados. (João Ribeiro, 1886. p. 231)

Nesse trecho, relativo ao século XIX, a formulação “nunca se começa phrase ou periodo com o pronome oblíquo” guarda indistinção entre uma observação do gramático em relação à língua e um preceito dirigido ao leitor, no sentido de exortá-lo a não usar uma construção gramatical. Com efeito, essa formulação pode expressar uma observação: nunca se encontram falantes do português começando frase ou período com o pronome oblíquo. E pode expressar também um preceito: nunca se deve começar frase ou período com o pronome oblíquo. Essa indistinção fornece um caráter avaliativo ao texto da gramática. Efetivamente, o pronome se configura como conhecimento lingüístico na medida em que passa por uma avaliação do gramático. O fato gramatical aparece como comportamento do falante no uso da língua avaliada.

Já em meados do século XX, temos algo diferente:

(2)

A posição normal dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise).

(...)

Ordeno-lhe que saia imediatamente.

(Rocha Lima, 1957. p. 416)

Nesse caso, a perspectiva com a qual se constitui o dizer gramatical é a de uma voz que expõe um estado ou condição interna da língua. Haveria na língua uma posição para o pronome marcada pela normalidade. Outras formulações de gramáticas daquele período reforçam essa análise: “...o português nos oferece o recurso de...” (Cunha. p. 229); “... o português moderno prefere substituir...” (Bechara. p. 257). Dessa maneira, produz-se o efeito de que o gramático não avalia; ao contrário, ele afirma aquilo que a própria língua já projeta. O pronome se configura como conhecimento gramatical, não pelo uso do átono pelos falantes, mas porque a língua determina a posição do átono. Mesmo quando a gramática se coloca como prescritiva, verificamos esse efeito de inerência do fato gramatical: “A língua culta moderna insiste em...” (Rocha Lima. p. 301); “A língua padrão rejeita a combinação...” (Bechara. p. 257). Enfim, nessa fase, o saber sobre a língua aparece na gramática como latente nas próprias articulações formais. O papel do gramático tem o efeito de porta-voz da própria língua.

Por sua vez, em gramáticas não-tradicionais, como a de Perini, a formulação adquire um novo matiz:

(3)

Restrição à próclise:

É mal formada toda oração que contenha proclítico no início de estrutura oracional não-subordinada ou logo após elemento topicalizado.

[Esta análise] cobre uma forma muito conservadora da língua, conforme se verá na exemplificação. É necessário atualizá-la, mas isso deverá ser precedido de um levantamento do uso dos clíticos no padrão brasileiro moderno; (...)

A restrição à Próclise exclui frases como as seguintes:

\* Me dê uma ajuda aqui.

(...)

O leitor observará que todas essas frases ocorrem normalmente na língua falada e mesmo com frequência na escrita. De qualquer forma, serão consideradas mal formadas em uma modalidade da língua (muito conservadora) que inclua a Restrição à Próclise tal como formulada acima.

(Perini, 1995. p. 229-30)

Nessa gramática, o uso do átono pelos falantes ganha lugar no conhecimento do pronome, mas desta vez há uma determinação do modo como a língua se apresenta. É esse modo de apresentação da língua que formata os comportamentos lingüísticos dos falantes no uso do pronome. Apresentando-se sob o modo conservador ou inovador, aplica-se ou não o princípio da ênclise (aqui formulado como restrição à próclise). Há um dizer sobre a língua que é relativo às modalidades que a determinam. A aplicação do princípio é governada por um modelo de observação da língua. Observemos que, no século XIX, aparece uma modalização: “‘Me dê’, ‘me faça’, etc., são brasileirismos que devem ser evitados”. No entanto, essa modalização não opera na determinação da língua, mas na suplementação, isto é, o princípio (que se apresenta como observação/prescrição) da ênclise se aplica aos usos em geral. Usar a próclise, conforme a gramática no século XIX, não é um princípio reverso à ênclise, isto é, uma contraparte à aplicação da ênclise, mas um desregramento, caracterizado como brasileirismo.

Dessa forma, da indistinção entre observação e preceito, passando pelo efeito de exposição, chegando ao modelo de aplicação, estas perspectivas de constituição do saber gramatical ganham matizes mais nítidos nos capítulos sobre o imperativo, como veremos a seguir.

## **2. O imperativo**

Vejamos como o modo imperativo é concebido nas três fases da história da gramática no Brasil.

### **2.1. Primeira fase**

Antes de analisarmos as cenas relativas ao imperativo nas gramáticas do século XIX, é necessário que compreendamos a relação entre o GN-sujeito<sup>1</sup> e o predicado naquele período da história.

Vejamos algumas formulações nessa direção:

(4)

A significação ou officio principal dos verbos anda anexa à significação de algum attributo e da pessoa ou coisa em quem o attributo existe, ou queremos que exista; e das diversas épocas em que o attributo existe, existiu ou existirá no sujeito.

(Morais Silva, 1802. p. 24)

(5)

[O essencial do verbo é a] enunciação da existência (...) [O verbo] une o attributo da oração com o seu sujeito, enunciando por diferentes modos a coexistencia de um no outro, com relação a certos tempos e pessoas, como: Eu sou, Tu Foste, Elle Será. (...) Modo do verbo é a differente maneira de enunciar a coexistencia do attributo no sujeito da oração.

(Duarte, 1829. p. 35-6)

(6)

Verbo, é a palavra que serve para affirmar a existencia da qualidade na substancia, pessôa ou cousa, e por consequente, o nexu ou copula, que une o attributo ao sujeito da proposição, phrase, sentença, ou enunciado de juízo.

(Sotero dos Reis, 1871. p. 38-9)

O GN-sujeito, na gramática clássica, representa pessoa ou coisa. Na medida em que se instala uma predicação, constitui-se a proposição. Em “Deus é eterno” (Sotero dos Reis, 1871. p. 39), o GN-sujeito “Deus” recebe a predicação “é eterno”, resultando numa proposição. Essa relação recebe a mesma explicação nas três gramáticas acima. Na medida em que o GN-sujeito representa um ser, o papel da predicação é afirmar algo sobre a sua existência. A idéia básica da gramática clássica é a seguinte: aquilo que o predicado diz é algo como uma qualidade já latente no ser. Dessa maneira, o predicado “é eterno” é um atributo inerente ao ser “Deus”, considerado a substância. Daí a idéia de que o verbo de ligação é a matriz de todos os verbos, porque ele proporciona o nexu entre o atributo e a substância. Nos termos de Duarte, em (5), o verbo enuncia a “coexistência” entre o atributo e seu sujeito.

Foucault (1966), ao analisar o pensamento de Hobbes e a denominada Gramática de Port-Royal, relativamente à perspectiva que apresentamos, afirma que os “dois nomes [substantivo e adjetivo] despertam no espírito a idéia de um única e mesma coisa, mas a cópula fez nascer a idéia da causa pela qual estes nomes foram impostos a esta coisa” (p. 130), e ainda: o verbo *afirma*, isto é, indica ‘que o discurso, onde

essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não somente concebe os nomes, mas os julga” (p. 131). Nessa leitura, ao enunciar a relação, por meio da proposição, o homem não se resumiria a uma voz a expressar o que é... numa imaginável existência absoluta dos seres. Com efeito, afirma Foucault: “dizer que o verde e a árvore coexistem é dizer que estão ligados em todas ou na maioria das impressões que recebo. Assim é que o verbo *ser* teria essencialmente por função reportar toda linguagem à representação que ele designa. O ser em direção ao qual ele transborda os signos não é nem mais nem menos que o ser do pensamento.” (p. 133). Dizer é, em última análise, por em cena a relação, isto é, enunciar a existência, e ao mesmo tempo julgá-la, tomá-la como objeto do pensamento.

Essa passagem por Foucault adquire relevância na medida em que a gramática precisa explicar a pertinência dos verbos no quadro dos modos. Assim, como podemos observar na afirmação de Morais Silva, em (4), a significação dos verbos está relacionada com o atributo da “pessoa ou coisa em quem o atributo existe, ou queremos que exista”. A concepção dessa dupla possibilidade – “existe ou queremos que exista” – fundamenta a diferença entre os modos indicativo e imperativo. Na frase “Deus é eterno”, o verbo no indicativo colocaria em cena o atributo “eterno” que existiria no ser “Deus”. Por sua vez, em “Sê tu amante de Deus” (Morais Silva, 1802. p. 24), o verbo no imperativo colocaria em cena o atributo “ser amante de Deus” em quem o locutor quer que exista: o seu interlocutor (representado pelo pronome “tu”). Essa é a porta, no Brasil do século XIX, para a constituição do fato gramatical imperativo, como podemos ver nos conceitos abaixo:

(7)

[No modo imperativo] declaramos o nosso desejo de que alguma coisa ou pessoa tenha alguma qualidade e atributos, ou faça, ou sofra alguma acção. (...) [forma verbal] com que mandamos, pedimos, exortamos ou declaramos o nosso querer directamente a alguém.

(Morais Silva, 1802. p. 25)

(8)

[O modo imperativo serve para] declarar aquilo que queremos que as pessoas ou coisas sejam, façam ou sofram (...) exprime a vontade e o mando.

(Morais Silva, 1802. p. 43)

(9)

(...) O modo imperativo, em que ella [afirmação] se faz imperiosamente.

(Sotero dos Reis, 1871. p. 45)

(10)

A enunciação do verbo é representada (...) pelo imperativo como exigida por uma ordem, por uma manifestação de vontade.

(Júlio Ribeiro, 1881. p. 85)

Essas formulações apontam para a mesma perspectiva: no imperativo, o papel do locutor na relação entre o predicado e o sujeito é preponderante. Morais Silva é contundente nessa direção: no modo imperativo declaramos “aquilo que queremos que as pessoas ou coisas sejam, façam ou sofram”. A enunciação do verbo, quando em imperativo, é exigida por uma manifestação de vontade, conforme se lê em Júlio Ribeiro. Dessa maneira, no mesmo espaço de construção de um conhecimento sobre a relação entre o sujeito e predicado, o verbo, ora é indicador da coexistência do atributo no ser, ora é manifestação da ação do homem sobre o outro ou sobre as coisas, através da língua, e nesse caso o atributo é imposto ao ser pela vontade do locutor. O imperativo, nesta fase da história da gramática, seria, enfim, o lugar em que a relação entre sujeito e predicado se dá por um acionamento do locutor.

## 2.2. Segunda fase

Nas gramáticas elaboradas em meados do século XX, o conhecimento do fato gramatical imperativo é desenvolvido sob outra perspectiva:

(11)

Quando empregamos o imperativo, em geral, temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. É, pois, mais o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando, da ordem (p. 465)

(Cunha, 1966. p. 465)

(12)

Imperativo – exprime ordem, pedido, convite, conselho, súplica, etc.

(Bechara, 1961. p. 104)

A perspectiva com a qual se concebe o modo imperativo sai da relação entre o locutor e o personagem representado no GN-sujeito. Nesta fase da história da gramática, o imperativo tem como fundamento o modo em que ocorre a cena factual. A interlocução não é determinante, uma vez que ela entra na explicação como componente da cena: “o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor” (Cunha, 1966. p. 104). A perspectiva de construção do conceito passa por um efeito de observação do gramático. Esse efeito de observador também pode ser captado quando Cunha, no trecho reproduzido acima, afirma que empregamos o imperativo quando temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a “cumprir a ação indicada pelo verbo”. Ora, nessa perspectiva de abordagem, a gramática procura fugir da explicação relativa à origem do imperativo e ao seu papel na constituição do nexa entre sujeito e predicado. Nesse viés, o verbo, apresentando a forma morfológica do imperativo, já se singulariza como possibilidade de expressar conselho, convite, ordem. A formulação de Bechara demonstra esse efeito de imanência do interlocutivo na forma imperativa: o imperativo exprime ordem, pedido, convite... Observemos que Bechara nada afirma sobre o uso do imperativo pelo locutor. Tudo o que há para se dizer do imperativo diz-se daquilo que a forma imperativa do verbo contrai de especificidade frente aos modos indicativo e subjuntivo.

### 2.3. Terceira fase

Vejamos como as gramáticas da terceira fase constituem um saber sobre o imperativo:

(13)

[Modo imperativo:] especializado na expressão dos valores ilocucionários de ‘ordem’ ou ‘pedido’  
(Perini, 1995. p. 259)

(14)

Na oração principal ocorre um ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo) (...) (p. 805)  
(Moura Neves, 2000. p. 805)

Na perspectiva de Perini, assim como na das gramáticas da segunda fase, o dizer sobre o imperativo é um dizer sobre o modo imperativo. No entanto, mais do que afirmar que o modo imperativo é especializado na expressão da ordem ou pedido – uma formulação típica das gramáticas da segunda fase, Perini afirma que o imperativo é especializado nos valores ilocucionários de ordem ou pedido. A introdução do termo “ilocucionário”



no conceito de imperativo constitui-se num demarcador da identidade do saber gramatical na terceira fase: o emprego de termos que encapsulam todo um modelo teórico sobre a linguagem. Com efeito, o termo “ilocucionário”, introduzido por Austin na década de 50, engloba todo proferecimento configurado como ato lingüístico: promessa, ordem, aceitação. Nessa perspectiva teórica, o próprio dizer envolve a sua realização. Sendo assim, usar a forma imperativa de um verbo é inexoravelmente realizar um ato de ordenar, pedir, etc. A formulação de Moura Neves também opera com uma expressão que encapsula o modelo de Austin: “ato de fala”, que recebe a especificação de injuntivo frente à forma do imperativo. As duas formulações sobre o imperativo são marcadas, portanto, pela ancoragem na pragmática, de onde se extraiu o conceito de ato de fala.

Essa ancoragem na pragmática acional nos fornece subsídios para a consolidação da tese segundo a qual o gerenciamento de um modelo de saber sobre a língua é uma das características básicas do conhecimento gramatical do final do século XX. Sendo assim, sai de cena o efeito de puro observador, típico das gramáticas de meados do século XX.

Na primeira fase, o imperativo é captado como injunção do locutor na predicação; na segunda, por sua vez, o imperativo é concebido como modo de enunciar um fato; na terceira, o imperativo é encapsulado por um conceito da pragmática, relativo a uma teoria da locução.

### **3. O pronome e o imperativo: condições de enunciação**

As características do texto sobre o pronome e sobre o imperativo também se mostram diferentes nas três fases. Veremos como as gramáticas se diferenciam quanto à exemplificação e quanto à textualização.

#### **3.1. Quanto à exemplificação**

Na primeira fase, predominam os exemplos elaborados pelo próprio gramático:

“Tenho-me aperfeiçoado” (João Ribeiro, 1886. p. 230)

“Filho, sê temente a Deus e ama-o” (Morais Silva, 1802. p. 24)

Sendo assim, pouco se tem de controle sobre os padrões de uso dos falantes, uma vez que a voz do gramático não se distingue das vozes que sustentam o dizer sobre a língua. Dessa maneira, produz-se o efeito de que o próprio gramático é “avalista” do conhecimento constituído na gramática. O exemplo, nessa direção, produz o efeito de esclarecimento em relação ao dizer do gramático.

Na segunda, por sua vez, a maior parte dos exemplos é de grandes escritores da língua portuguesa:

“Mas qual será a tua sorte quando na hora fatal os algozes, buscando a sua vítima, só te encontrarem a ti?”  
(A. Herculano, *O Bobo*, 277). (Bechara, 1961. p. 254).

Nesse caso, a sustentação do saber constituído na gramática encontra-se em domínios de enunciação exteriores ao domínio do gramático. Se, na primeira fase, o compromisso maior do exemplo reside no esclarecimento, na segunda, o compromisso maior está na sustentação. O conceito, projetado pelo gramático, encontraria respaldo nas locuções de um grupo social vagamente demarcado.

Na terceira fase, temos duas situações. Na gramática de Perini, os exemplos são elaborados pelo próprio gramático. No entanto, afirma Perini no prefácio da gramática, os parâmetros de constituição desses exemplos obedecem ao padrão de escrita da imprensa contemporânea.

“Minhas primas comportam-se bem”

“Minhas primas se comportam bem” (Perini, 1995. p. 231)

Ainda na terceira fase, a *Gramática de usos do português*, de Moura Neves, apóia-se inteiramente num corpus.

“Bem acho que as pessoas simplificam demais Borges, vêm-no como uma pessoa desumanizada, que não gostava da vida. (FSP)”  
(Moura Neves, 2000, p. 454).

A sigla em parênteses - “FSP” - indica justamente *Folha de S. Paulo*. Além da sustentação em domínios de enunciação exteriores ao domínio de locução do gramático, há um controle sobre esse domínio, a partir de uma demarcação dos seus limites, que são definidos na própria constituição dos procedimentos metodológicos de uma pesquisa. Tanto em Perini quanto em Moura Neves, esse controle ganha evidência, mesmo que em Perini o controle se dê por um parâmetro de elaboração das sentenças, e não pela sustentação em um corpus.

### 3.2. Quanto à configuração gráfica da textualização

A textualização das gramáticas na primeira metade do século XIX apresenta-se na forma de capítulos e itens dentro dos quais há pouca ou

nenhuma subdivisão ou hierarquia na sua composição. Não se verificam variações quanto ao tamanho das letras, e o único destaque é o itálico nos exemplos, que se situam internamente aos parágrafos (Fig. 1). Além disso, há poucas notas de rodapé. Não há elementos que nos permitem distinguir a apresentação das concepções sobre o tema tratado e os comentários do gramático sobre eles.

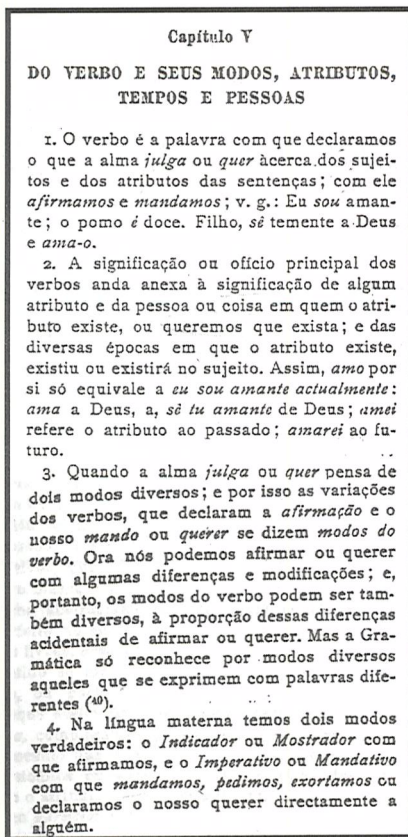


Figura 1. Trechos das páginas 24 e 25 de Morais Silva (1802)

Por sua vez, nas gramáticas do final do século XIX, vislumbram-se traços de hierarquia na disposição de partes internas aos itens. As gramáticas de Júlio Ribeiro (1881) e de João Ribeiro (1886) trazem elementos de hierarquia na composição do texto, tais como variações no tamanho da letra ou enumeração de itens. Já aparecem comentários do gramático em relação às concepções básicas, mas elas não se apresentam demarcadas

pelo título de “observação” ou “nota”, embora se apresentem com um tipo menor de fonte. (Fig. 2).

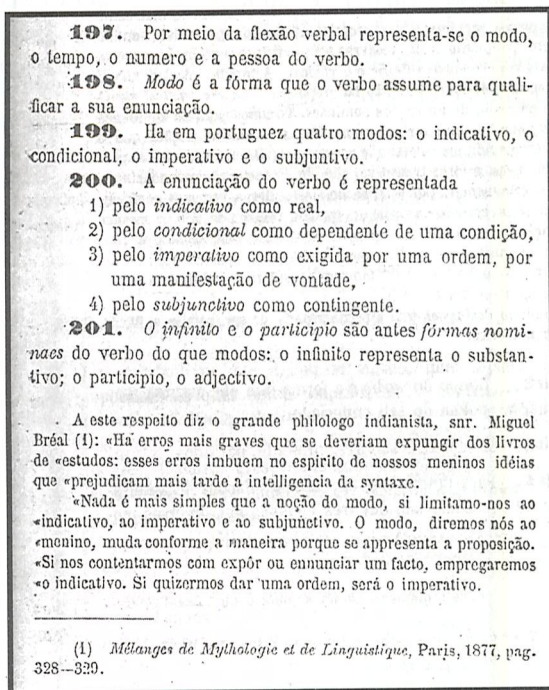


Figura 2. Trecho da página 85 de Júlio Ribeiro (1881)

Na segunda fase, a hierarquização de aspectos da abordagem dos tópicos gramaticais adquire uma maior nitidez. As concepções mestras do tópico são apresentadas em formas esquemáticas. De maneira geral, os comentários do autor em relação às concepções básicas aparecem demarcados por “observação” ou “nota”, além da distinção no tamanho da fonte (Fig. 3).

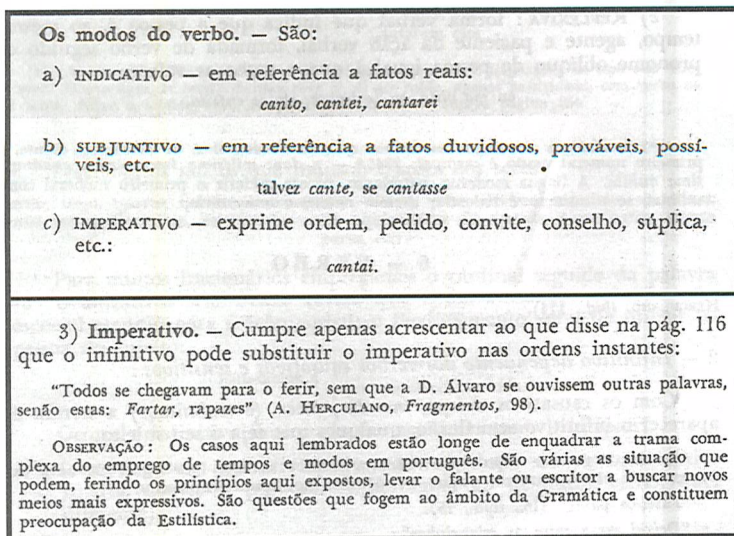


Figura 3. Trechos das páginas 103-104 e 279 de Bechara (1961)

Já na terceira fase, o texto da gramática não apresenta diferença entre apresentação de conceitos e comentários. Com efeito, a textualização dos tópicos abordados apresenta semelhanças em relação a um texto da esfera acadêmica (artigo, ensaio). Nesse tipo de textualização, a análise de ocorrências da língua recebe conclusões parciais (“Aqui, portanto...”), que, por sua vez, são encadeadas na tessitura do texto, através de marcas de enumeração (“Finalmente, vale mencionar...”) ou de argumentação (“No entanto, são algo raras...”), como podemos observar na Fig. (4).

Consideremos agora o chamado modo “imperativo”. Este, com efeito, é bastante especializado na expressão dos valores ilocucionários de “ordem” ou “pedido”. Não se pode utilizar um imperativo com outro valor; mas, como se viu na seção 3.1., ordens e pedidos podem perfeitamente ser veiculados por orações no indicativo:

(47) Você poderia fechar essa janela.

Aqui, portanto, vemos uma correlação, embora apenas unidirecional, entre modo verbal e modo semântico: o imperativo expressa a atitude de dar uma ordem ou fazer um pedido; entretanto, não é só o imperativo que tem essa função.

Finalmente, vale mencionar o caso das frases optativas, ou seja, as que têm verbo no subjuntivo mas não são subordinadas. Estas expressam sempre um desejo:

(48) Deus te ajude.

No entanto, são algo raras, e tendem a limitar-se a certas fórmulas feitas. E, naturalmente, um desejo pode ser (e geralmente é) expresso por frases não-optativas:

(49) Eu gostaria que Deus te ajudasse.

(50) Deus vai te ajudar, tenho certeza.

Figura 4. Trecho da página 259 de Perini (1995)

Em resumo, as condições de enunciação da gramática nas três fases contraem diferenças marcantes. Na primeira fase, há uma frágil distinção, tanto entre a discursividade que sustenta a exemplificação e a discursividade da própria autoria das concepções, quanto entre a apresentação dos conceitos e a avaliação. Na segunda fase, há distinção entre a discursividade das concepções e a exemplificação; assim como se distinguem a apresentação dos conceitos e a avaliação, através de comentários ou notas, dentro e fora do texto. Na terceira fase, a exemplificação é controlada por demarcação de parâmetros, como modalidade de língua e graus de formalização; e esse controle se estende ao texto como um todo, através de uma textualização desenvolvida em moldes acadêmicos.

## Considerações finais

O nosso estudo consistiu de uma análise de parte da história da gramática no Brasil em três fases: século XIX, meados do século XX e final do século XX. Nessa direção, retomamos alguns aspectos de estudo anterior, voltado para o pronome. A seguir, desenvolvemos uma análise do conceito de modo imperativo em gramáticas das três fases. Por fim, avaliamos aspectos relativos à elaboração do texto gramatical nas três fases. A reflexão que desenvolvemos demonstrou aspectos convergentes nas três unidades.

Na primeira fase, tanto no estudo do pronome quanto no estudo do conceito de modo imperativo como na análise das condições de produção do texto gramatical, ressalta-se o papel da subjetividade na concepção do saber sobre língua. Essa subjetividade se apresenta tanto na indistinção entre observação e prescrição do gramático relativamente às construções sintáticas, quanto ao papel decisivo do sujeito falante na relação entre sujeito e predicado. O modo imperativo seria o resultado da interposição do atributo do predicado no sujeito. Como efeito dessa presença marcante da subjetividade na constituição do fato gramatical, pouco se distingue entre apresentação dos conceitos, avaliação e autoria dos exemplos.

Na segunda fase, as gramáticas são marcadamente afetadas por um efeito de exposição da língua, e a relação intersubjetiva aparece como imanente à forma imperativa, projetando-se a idéia de que o modo imperativo é uma maneira de se enunciar um fato. Conseqüentemente, esse efeito de exposição aparece nas condições de produção do texto através de uma separação entre apresentação de conceitos e avaliação, bem como através da distinta autoria dos exemplos.

Finalmente, na terceira fase, a tônica da constituição do fato gramatical recai sobre a configuração de uma ancoragem teórica e metodologia de abordagem de pronomes e do modo imperativo, através da demarcação de lugares de observação da língua e da inserção dos exemplos numa textualização configurada nos gêneros do domínio acadêmico.

## Notas

1. GN= Grupo Nominal

## Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1992.
- BECHARA, E. (1961) *Moderna gramática portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

- CUNHA, C. (1966) *Gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1978.
- DIAS, L. F. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: Eni P. Orlandi; Eduardo Guimarães (Org.). *Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil*. Lyons: ENS Éditions, 2007, p. 79-89.
- \_\_\_\_\_. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: Eni Orlandi. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 183-200.
- \_\_\_\_\_. BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. in: E. Guimarães; M. Zoppi-Fontana (org.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-37.
- DUARTE, A. da C. (1829) *Compêndio da grammatica portugueza*. São Luís: Typographia Nacional.
- FOUCAULT, M. *Les mots e les choses*. Paris: Gallimard, 1966. [Trad. brasileira: FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.]
- MORAIS SILVA, A. de (1802/1821) Epítome da gramática portuguesa. in: *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10 ed. s/l, Editorial Confluência, 1945.
- MOURANEVES, M. H. de. *Gramática de usos do português*. São Paulo: ed. da UNESP, 2000.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, João. (1886) *Grammatica portugueza*. 10 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- RIBEIRO, Julio. (1881) *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1885.
- ROCHA LIMA, C. H. da. (1957) *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- SOTERO DOS REIS, F. (1871) *Grammatica Portugueza*. São Luís: R. d'Almeida.

**Palavras-chave:** gramática, textualização, enunciação

**Key-words:** grammar, textualization, enunciation